



ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Alto Médio São Francisco - Núcleo de Apoio Regional São Francisco

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0040406/2021-09

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba / Alto Médio São Francisco, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

| TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL | NÚMERO DO DOCUMENTO | UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO |
|---|-------------------------|---|
| NÃO PASSÍVEL | 2100.01.0040406/2021-09 | NAR DE ARAXÁ |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | |
| Nome: MARIA DAS DORES PIRES | | CPF/CNPJ:035.220.646-23 |
| Endereço: RUA 183, N°105. | | Bairro:RISOLETA NEVES |
| Município:IBIÁ | UF:MG | CEP:38.950-000 |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL | | |
| Nome:MARIA DAS DORES PIRES | | CPF/CNPJ:035.220.646-23 |
| Endereço:RUA 183, N°105. | | Bairro:RISOLETA NEVES |
| Município:IBIÁ | UF:MG | CEP:38.950-000 |

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

| | |
|--|-------------------------|
| Denominação:SITIO MINEIRINHO, LOTE N°37. PROJETO DE ASSENTAMENTO RURAL SANTO ANTÔNIO II. | Área Total (ha):22,4031 |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Mat. do assentamento INCRA: 17.736 - Livro: 2LB - Fls: 036/037 - Comarca de Ibiá/MG. Termo de Posse referente ao Lote 37 conferido pelo Superintendente Regional do INCRA/MG. | Município/UF: IBIÁ |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):MG-3129509-9024.7FC3.83F3.4DC8.81CA.E94F.C407.43AB | |

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Un |
|---|------------|----|
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo | 3,39 | ha |
| | | |
| | | |

5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

| Uso a ser dado à área | Especificação | Área (ha) |
|-----------------------|---------------|-----------|
| Pecuária | | 3,39 |
| | | |

6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| Bioma/Transição entre Biomas | Área (ha) | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional, quando couber | Área (ha) |
|------------------------------|-----------|----------------------|------------------------------------|-----------|
| Cerrado | 3,39 | strictu sensu | | 3,39 |
| | | | | |
| | | | | |
| Total: | 3,39 | | Total: | 3,39 |

7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
|--------------------|-----------------|------------|---------|
| Lenha | Floresta nativa | 75,00 | m3 |

8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA**Nome: Rômulo Formigli Alves Junior****MASP: 1.181.087-6**

Data da Vistoria: 28/06/2022

9. VALIDADE

Data de Emissão: 25/08/2022

Validade: 3 (três) anos

OU

De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental.

Observações:

ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

| Tipo de intervenção | Datum | Fuso | Coordenada (UTM) | | Planta |
|---|-------------|------|------------------|----------------|--------|
| | | | X | Y | |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo | Sirgas 2000 | 23 k | 322641.35 m E | 7859005.99 m S | |
| | | | | | |
| | | | | | |

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

Segundo PUP apresentado, durante a intervenção requerida, podem ser causados alguns impactos ambientais:

- 1 - Erosão;
- 2 - Exaustão de nutrientes;
- 3 - Redução da capacidade de infiltração de água no solo devido a compactação;

- 4 - Contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo, devido ao excesso de adubos químicos, corretivos minerais, herbicidas e defensivos agrícolas;
- 5 - Utilização inadequada para dessedentação dos animais, especialmente em áreas secas;
- 6 - Supressão de espécie vegetal imune de corte, rara e/ou ameaçada de extinção;
- 7 - Manutenção da fauna silvestre.

Ainda no PUP, são apresentadas as seguintes medidas mitigadoras:

- 1 - Ajustamento da capacidade de uso do solo, que se refere ao limite máximo de uso, além do qual, o mesmo sofrerá com a erosão; eliminação ou controle das queimadas; preparo do solo e plantação em curvas de nível; reduzir a utilização de máquinas pesadas, diminuindo a pressão exercida sobre o solo nas áreas limítrofes à área comum e a APP, objetos da presente solicitação;
- 2 - Realizar rotação de culturas, de acordo com as diferentes exigências nutricionais de cada planta, o solo seria levado menos intensamente a exaustão de seus nutrientes, especialmente pela contribuição diferenciada da matéria orgânica e pela perspectiva de intensa e diversificada atividade microbiológica. Nesse caso, reduz-se a incidência de ciclos de pragas e doenças, evitando-se ataques com maior intensidade e o consequente aumento do uso de agrotóxicos;
- 3 - Uma prática bastante recorrente na agricultura e que se verifica grandes resultados, é a adoção do plantio direto, essa técnica possibilita um solo coberto por vegetação o ano inteiro, vegetação esta que minimiza os impactos da chuva contra o solo, além de possibilitar o ganho de matéria orgânica e a ciclagem de nutrientes, técnica está adotada a longo prazo emprega acima das áreas objeto da presente solicitação;
- 4 - Utilização de produtos de forma correta, seguindo todos os critérios técnicos, dosagens e frequência. Manter as áreas de preservação permanente devidamente preservadas e proceder o manejo correto do solo, caso seja feito de forma inadequada, o escoamento superficial de fertilizantes e agrotóxicos após chuvas intensas ocasionará a contaminação dos cursos d'água; fazer uso de controle biológico e integrado de pragas evitando ao máximo o uso de agrotóxicos;
- 5 - Serão tomados todos os devidos cuidados para que não ocorram impactos significativos para o meio ambiente, será realizada a supressão da área de acordo com a solicitação, sendo preservada a vegetação com porte mais alto e que irão compor o cômputo da área de preservação permanente, além da vegetação protegida por lei;
- 6 - Cuidados especiais serão tomados durante a supressão da vegetação nativa, principalmente no manuseio dos equipamentos, de maneira a reduzir os impactos para a fauna, silvestre.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Mário Lúcio dos Santos, Supervisor Regional**, em 25/08/2022, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **52020360** e o código CRC **7DF06917**.
